

ARTIGOS

A LITERATURA NO ENSINO DA HISTÓRIA DA BAHIA: A OBRA DE JORGE AMADO*

Celeste Maria Pacheco de Andrade
 Prof. Assistente do Dep. de Educação

Prof. Assistente da UNEB
 Doutoranda em História Social - PUC/SP

RESUMO — *O texto compreende três aspectos de análise. Inicialmente, faz-se uma reflexão sobre algumas questões teóricas da relação literatura-história, enfatizando o caráter histórico desta. A seguir, evidencia-se o potencial literário da obra de Jorge Amado para o estudo de história da Bahia. Finalmente, são indicadas algumas possibilidades sobre o uso da literatura no ensino de história do 1º grau, a partir de quatro obras do escritor baiano: Jubiabá, Mar Morto, Capitães da Areia e Bahia de Todos os Santos.*

ABSTRACT— *This paper deals with three types of analysis. First, it approaches some theoretical problems related to Literature and History emphasizing the historical character of the latter. Then it shows Jorge Amado's literary potential to the study of History of Bahia. Finally, it points out some possibilities about the use of Literature to the teaching of History in secondary schools, from 5th to 8th degrees starting from works written by the baiano writer: Jubiabá, Mar Morto, Capitães da Areia e Bahia de Todos os Santos.*

INTRODUÇÃO

O presente texto tem três momentos de reflexão. No primeiro, faz-se uma análise das questões teóricas em torno da literatura e da sua relação com a história, tentando configurar um caráter historiográfico nessa relação. No segundo, são colocadas posições específicas a respeito do potencial literário do escritor baiano Jorge Amado e da importância de sua obra para o estudo da história da

* Este trabalho foi apresentado ao XVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E IDENTIDADES, promovido pela ANPUH e realizado em Recife-Pe, de 23 a 28 de julho de 1995.

Bahia. Finalmente, são feitas reflexões sobre o uso da literatura, neste caso específico, nas primeiras séries do 1º grau, utilizando-se como exemplo quatro obras do autor.

Nos últimos anos, diferentes fontes da pesquisa histórica vêm sendo utilizadas no ensino de História. A medida que se têm explorado essas mesmas fontes como recurso didático, esse exercício diminui a distância entre a teoria e a prática, bastante comum nesta área.

Algumas questões merecem ser colocadas para reflexão. Uma delas é como a literatura pode ser utilizada enquanto documento histórico, reconhecendo que o texto literário contém potencialidades ainda pouco exploradas pelo historiador. Mesmo diante das dificuldades que experimenta o pesquisador em lidar com esse tipo de documentação, não é demais insistir na sua importância para o trabalho da historiografia. A outra é o uso dessa documentação como recurso didático no ensino de História.

É necessário sair da clássica dicotomia de que o historiador lida com a realidade e o escritor, com a ficção. Assim como o historiador, o escritor também é um homem do seu tempo, portanto, também está sujeito às limitações da sua época e da sua cultura.

É comum os escritores buscarem, no acontecimento histórico, uma forma de representar uma dada realidade, retratar uma época e uma sociedade. Também é freqüente os escritores utilizarem a história como fonte de inspiração para a sua imaginação criadora e como temática para os romancistas. Nesse contexto merece evocarmos a questão da narração, vez que, durante muito tempo, esta forma de escrita provocou muitos estudos sobre as semelhanças entre o discurso histórico e a forma narrativa dos romances — temática que cada vez mais se torna atual na historiografia.

No momento em que foi questionada — início deste século — na sua base epistemológica, a história dita factual provocou a reação de muitos historiadores que começaram a abandonar o domínio político do acontecimento, para se interessar pelo estudo das estruturas. Esse contexto foi muito significativo para a Literatura, cujo campo de atuação praticamente passou a ser exclusivo para a pesquisa histórica. Não podemos negar o poder da Literatura sobre o leitor, tanto do ponto de vista do entretenimento como do fato de ser uma linguagem que deixa subjacentes lutas e conflitos sociais, sinalizando o papel da Literatura perante a História. Geralmente com um olhar mais estético sobre o social, o texto literário em muito contribui para a análise histórica.

1 HISTÓRIA E LITERATURA

Na segunda metade do século XIX, diante das exigências do positivismo para com os documentos, a história passou pela prova da “objetividade”, postura comum para o pensamento científico da época. Ainda no sentido da autenticidade, a História teve que lutar por ela, ao tempo em que buscava sua independência face à Literatura. Tal rigor, presente na pesquisa histórica daquele momento, distanciava cada vez mais a História da Literatura. Ao mesmo tempo, novas técnicas impunham a separação entre a investigação histórica e as outras ciências humanas. Naquele contexto, tanto a História quanto a Literatura buscavam reproduzir os acontecimentos na sua fidelidade, daí falar-se em realismo literário, para acompanhar o positivismo histórico. É oportuno trazermos para esta reflexão a interpretação de Raymond WILLIAMS (1989, p. 111):

... a vulnerabilidade e os sofrimentos do escritor, em sua situação social própria, são identificados com os fatos de uma história social que o transcende. Não que ele não consiga ver a realidade dessa história social; pelo contrário, em muitos casos ele é particularmente sensível a ela, enquanto fato presente. Mas a identificação dos sofrimentos pessoais do escritor com os de um grupo social que o transcende termina inevitavelmente por ser negativa.

Não tardou a História em reagir a essas exigências, fossem elas de exatidão ou de fidelidade. Na passagem do século, vamos assistir a um movimento que se colocava contra a corrente positivista. Nessa trilha, temos Lucien Febvre, representante da *Escola dos Annales*, defensor de uma concepção totalizadora de história. Seguiram uma trajetória idêntica historiadores, como, Phillippe Ariès, Michel de Certeau, Jacques le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Paul Veyne. Estes engrossaram a fila dos adeptos da “nova história”, principalmente ao levantarem a questão da ligação da História não só com as ciências humanas, mas também com as artes.

A história social vem, cada vez mais, manifestando seus limites teóricos e metodológicos. Um deles é o seu caráter descritivo que, paradoxalmente, em muito vem contribuindo para a recuperação de temáticas, principalmente referentes à cultura e às suas mais diversas dimensões. No entanto, a história social possui uma teoria que lhe é subjacente, apesar de esta não ser preocupação fundamental na sua constituição epistemológica; porém, já o fora em outros momentos tão essenciais para a discussão da teoria da História. Seus resultados são mais explicativos e mais narrativos

do que a busca de aprofundamento teórico-metodológico. Buscando a história global, ao recuperar os fatos, aproxima-se muito da antropologia, contribuindo, assim, para a reconstrução histórica. Na compreensão de George Duby, a tendência à narrativa vem aproximar os escritores dos historiadores. Para ele:

... fomos descobrindo que a objetividade do conhecimento histórico é um mito, que toda a história é escrita por um homem e que quando esse homem é um bom historiador põe na sua escrita muito de si próprio; (...) o que ele enuncia, quando escreve história, é o seu próprio sonho; (...) o que é o acontecimento? É alguma coisa que existe porque se fala dele. (DUBY, 1986, p.7,11 e 12).

No que se refere às abordagens mais recentes, tudo leva a crer que se trata de uma tendência da Nova História, lidar com questões do cotidiano, bem como aproximar-se cada vez mais do particular, o que não significa um obstáculo para a compreensão global da sociedade.

Nessa busca da Nova História por novos temas, um dos objetivos é recuperar temas excluídos da chamada sistematização do conhecimento. Centrando-se mais em processos coletivos, a história social permite a ampliação dos usos da História, daí, nos últimos anos, ela se fazer tão presente entre as preocupações dos historiadores.

Tratando-se da Nova História e da diversidade de temáticas e de abordagens, é comum a dificuldade com questões teórico-metodológicas na discussão de problemas considerados recentes pela historiografia, a exemplo da leitura a ser dada às fontes não-tradicionais de uso pelos historiadores, ampliando as possibilidades de análise. Nesse aspecto, a diversificação de linguagens termina por exigir novas formas de abordagem e diferentes perspectivas de análise. Aí podemos situar a linguagem literária como uma das mais ricas, pelo seu poder de burilar simbolicamente a realidade, sendo esta o bastante para defini-la como Literatura.

A Literatura constitui, por isso, uma grande chave para a investigação histórica de *novos objetos* e *novos problemas*. Nesse tipo de documentação, podemos encontrar dados dispersos ou mesmo silenciados por outras fontes. Devemos ficar atentos, no entanto, para que, no usufruto da Literatura pela investigação histórica, não abandonemos sua porção poética.

Trata-se de uma rica relação e não seria muito insistir em que não se trata de compreender apenas a Literatura enquanto reflexo da História. Assim como a História, a Literatura também possibilita

elucidar aspectos da cultura e da sociedade. Não esqueçamos que todo texto cria e constrói, intencionalmente, realidades.

2 LITERATURA, MEMÓRIA E ESCOLA

Pela sua força em instituir imaginários e agir na sociedade, a Literatura tem o poder de reconstituir a vida cotidiana, desvendar contradições e revelar divergências presentes nas relações sociais e nas suas representações.

Compreendida enquanto categoria de fonte inesgotável para a história de uma sociedade e de sua cultura, hábitos, atitudes, ou seja, o seu cotidiano, a Literatura pode servir para captar valores, concepções, sentimentos, enfim, apropriar-se de elaborações dos acontecimentos recolhidos, imaginados, idealizados. Sobre este aspecto, tomemos a análise de BACZKO (1985):

Nada há de mais sério do que inventar uma representação da sociedade, especialmente sua representação da melhor sociedade possível, isto é, a comunidade da felicidade realizada. (p.244).

(...)

Ficcionar, inventar utopias, corresponde a traduzir em imagens, idéias elaboradas pela ciência; é pôr a ficção a serviço do saber (p.348)

(...)

As utopias ganham em “realidade” e em “realismo”, na medida em que se inscrevem no campo das expectativas de uma época ou de um ganho social e, sobretudo, na medida em que se impõem como idéias-guia e idéias-força que orientam e mobilizam as esperanças, ao mesmo tempo que solicitam as energias coletivas. (p.393).

A História e a Literatura cruzam-se principalmente pela importância do testemunho literário para a pesquisa histórica. Através da sua riqueza de dados, a Literatura possibilita captar do cotidiano o real de uma sociedade por meio de suas representações, auxiliando na análise histórica. A Literatura, entendida como uma mediação complexa e não como um simples reflexo da sociedade, em muito pode ajudar para a compreensão dessa mesma realidade. Além disso, enquanto testemunho, revela seus conflitos, muitos deles dissimulados.

Guardando consigo toda essa potencialidade como documento e fonte histórica, a Literatura também pode ser explorada como

material didático, na escola do 1º grau.

Com o propósito de trazer a Literatura para a sala de aula de 1º grau, nível I, é que estamos fazendo a presente reflexão. Nas séries iniciais do 1º grau, geralmente as crianças têm contato com a literatura composta de contos de fadas, fábulas, poesias e outros textos do gênero fantasioso.

A literatura infanto-juvenil, gênero que sempre gerou polêmica na Teoria Literária, vem ganhando espaço nas discussões atuais quando se trata de áreas, como, Educação, Biblioteconomia, Crítica Literária, Psicologia, Ilustração, entre outras. Enquanto especificidade textual, por conta do tipo de leitor a que se destina, trouxe, no contexto do seu aparecimento — século XIX —, uma grande problemática histórica: a apropriação da filosofia burguesa na formação educacional dos jovens, principalmente pelo seu conteúdo utilitarista. Sem pretender aprofundar aqui o debate sobre os componentes ideológicos, a exemplo da moral explícita, do caráter pedagógico e lazer dirigido, presentes nessa literatura, nossa intenção é fazer avançar um outro tipo de questionamento: a suposta cisão mundo-adulto, mundo-infantil.

Para tanto, é necessário trazermos alguns dados sobre a literatura infantil no Brasil. Este gênero volta a conquistar força editorial a partir de Monteiro Lobato, nas décadas de 70 e 80, em função da necessidade da indústria editorial em captar mais público leitor. Esse público infanto-juvenil, mais vulnerável e, nesse período, mais dependente da escola enquanto lugar de aquisição do conhecimento sistematizado, passou a ser alvo fácil dessa produção. Naturalmente, tratando-se de um leitor que geralmente não escolhe suas leituras, torna-se cada vez mais submetido à força do mercado editorial que, por sua vez, também submete o professor, mesmo que este o seja inconscientemente.

Monteiro Lobato, marco e referência máxima da Literatura Brasileira, em muito contribuiu para romper com os cânones pedagógicos da literatura infantil, em 1921. Mesmo tendo surgido no cenário nacional como literatura escolar, sua produção literária possuía um caráter bastante distinto da clássica marca da narrativa didática e moralizante da produção de então, inaugurando, desta forma, uma nova estética da literatura infantil.

Até antes de Monteiro Lobato, a literatura dirigida ao público infantil possuía como maior representante o estilo conto de fadas. Tradicionalmente, esse estilo tem sua origem na adaptação de contos folclóricos, reunidos junto à classe social oprimida na Europa feudal, a exemplo dos contos escritos pelos irmãos Grimm. Tais contos circulavam entre camponeses, tecelões, mendigos, compo-

nentes de uma camada social extremamente explorada, o que, no imaginário, fazia a conexão entre situação social e condição servil. Esses contos apresentavam como característica básica heróis que se encontravam em situação de desespero, dada a ausência de perspectivas de melhoria de vida, a não ser pela intervenção de algum elemento mágico. Sobre este ponto, é importante a interpretação de DARNTON (1986, p.26):

... os contos populares são documentos históricos. Surgiram ao longo de muitos séculos e sofreram diferentes transformações, em diferentes tradições culturais. Longe de expressarem as imutáveis operações do ser interno do homem, sugerem que as próprias mentalidades mudaram.

Queremos reconhecer as limitações do uso da Literatura no ensino de História, principalmente no tocante à formação do professor — geralmente deficiente — que trabalha com as séries iniciais do 1º grau. Nesse particular, tal proposta precisa ser pensada, também, no sentido de oferecer ao professorado uma fundamentação teórica sobre essas questões que vêm sendo discutidas na historiografia, principalmente pela Nova História, em relação ao uso da Literatura enquanto documento para, a partir daí, ser utilizada como recurso didático.

A perspectiva aqui adotada diz respeito a uma compreensão de currículo, baseada na concepção de que:

... o currículo escolar é, pois, um substrato que torna o indivíduo capaz de construir seus esquemas de referências para a leitura de mundo e sua práxis como elemento produtivo da sociedade, na medida em que o estudante gradualmente exerce a prática da cidadania enquanto se insere na história da humanidade e no mundo do trabalho. (BURNHAM, 1989, p.16-17).

Ao nos referirmos à idéia de currículo, não devemos dirigir nossas preocupações apenas à escola de 1º grau, pois faz-se necessário, cada vez mais, acrescentar disciplinas da área da Literatura ao currículo dos cursos de formação do profissional de História, visando melhor qualificá-lo na confluência História/Literatura.

Dentro desse contexto, podemos estudar a visão da Bahia, através da obra literária de Jorge Amado. Sua obra sugere uma variedade de temas, entre eles, a cidade. A cidade de que trata Jorge Amado é Salvador, sempre denominada de Bahia — reconhecida

como cidade. Após percorrermos as diferentes fases de sua trajetória literária, nossa pretensão foi a de ater-nos à fase urbana, quando ele descreve os conflitos da cidade e de sua gente.

Optar pelo escritor Jorge Amado, nesta análise, justifica-se pela sua importância no contexto literário brasileiro e baiano. Além disso, trata-se de uma opção, enquanto recurso didático, que amplia a discussão na área da metodologia do ensino, no sentido de se utilizar um escritor não classificado no gênero infantil.

3 ENSINO DE HISTÓRIA E LITERATURA

Para abordar o uso da Literatura no ensino, é importante fazermos uma ressalva sobre alguns dos seus limites metodológicos. Sabemos que a Literatura faz-se presente nas séries iniciais do 1º grau, principalmente através de contos infantis e poesias. Nossa reflexão metodológica passa por um outro caráter do texto literário. Trata-se da literatura enquanto recriação da realidade — que não é sinônimo de fantasia —, mas recriação de uma supra-realidade e sua conseqüente leitura de mundo. Neste sentido, é importante a formação do leitor do texto escrito, e que deve ser orientado sobre os objetivos da leitura, os quais podem ser desde a busca de informação até o ler para se divertir. Em alguns textos de Jorge Amado, os dois papéis — informar e divertir — se fazem presentes, principalmente pelo fato de uma das características do seu texto ser a linguagem escrita muito próxima da língua oral e do falar do cotidiano.

O ensino de Literatura no 1º grau não apresenta ainda uma sistematização. Vem paralelo ao ensino da Língua Portuguesa, trabalhando, geralmente, através de fragmentos, insistindo-se na diferença entre língua na literatura e outras formas de comunicação. Centrado em aspectos do vocabulário, idéias principais, construção dos personagens, temática, dados estilísticos — elementos considerados fundamentais para a compreensão e imediata interpretação da obra —, deixa a desejar no sentido de fazer relações com o cotidiano. No 2º grau, geralmente tais estudos adquirem uma sistematização mais formal, mas ainda não satisfazem a uma compreensão global do conteúdo.

A depender da fundamentação teórica que orientará o trabalho do professor, ele poderá ainda estudar a questão dos usos do espaço, o que muito auxiliará na compreensão de um dos setores de maior renda para o Estado da Bahia atualmente: o turismo.

Acrescente-se a esta sugestão que o trabalho poderá ser

encaminhado no sentido de se eleger alguns estereótipos presentes na cultura baiana e que, além de vividos pela população, são consumidos de forma preconceituosa e estereotipada pelos turistas, e por muitos que não conhecem a Bahia sob seus outros aspectos. Podem ser estudados aspectos ligados à memória, em que muito se explora a Bahia Antiga que, ao se modernizar, não rompeu com a tradição. É uma cidade de ruínas, mas, também, de arquitetura moderna. Isso significa acentuar e marcar um lugar do passado, constantemente vivido no presente.

Tratando-se de Bahia, temática trabalhada na obra de Jorge Amado, ela é vivida, principalmente em termos de paisagem e de personagens, de forma bastante lúdica. Acharmos conveniente limitar nossa análise a quatro das suas obras. São elas: *Jubiabá*, publicada em 1935. Narra a história do “negrinho” Baldo — Antônio Balduino —, chefe de uma quadrilha de moleques no Morro do Capa Negro. A trama se desenrola nas noites de macumba do preto velho Jubiabá e sobre as conversas do protagonista com Zé Camarão, seu mestre de capoeira. Trata-se de um personagem de origem africana que sobrevive às custas da malandragem e cultua divindades e práticas africanas, a exemplo da macumba e da capoeira, atividades “marginais” numa cidade desigual, preconceituosa, conservadora e sem infra-estrutura urbana.

Em seguida, *Mar Morto*, de 1936, que completa a obra anterior, numa visão romântica e sentimental da cidade — Salvador — e do mar. Nessa obra, o autor evidencia o aspecto mágico da cidade, que se acentuará na obra, também por nós estudada, *Bahia de Todos os Santos*.

Em *Capitães da Areia*, de 1937, a trama desenrola-se com a história de vida de um grupo de meninos de rua, que sobrevivem de furtos e pequenas trapações. Essa obra trata da problemática do menor abandonado, não raro delinqüente, aventura que é acompanhada por Jorge Amado, colocando o leitor em contato com uma realidade que não é exclusiva da Bahia. Finalmente, para nossa análise, temos, além dos três romances anteriores, um guia da Cidade do Salvador: *Bahia de Todos os Santos*: guia das ruas e dos mistérios da cidade de Salvador. Publicado, inicialmente em 1945, a intenção, segundo o autor, é fornecer uma interpretação da cidade e de seu povo.

De início, podemos sugerir alguns conteúdos que podem ser trabalhados nas séries iniciais do 1º grau: diferenças sociais, atividades e ocupações dos personagens, preconceitos, religiosidade, entre outros. Essas questões podem ser estudadas dentro do

eixo temático “trabalho”.

Da obra *Jubiabá*, podemos trazer como exemplo o seguinte trecho:

A vida do Morro do Capa Negro era difícil e dura. Aquêles homens todos trabalhavam muito, alguns no cais, carregando e descarregando navios, ou conduzindo malas de viajantes, outros em fábricas distantes e em ofícios pobres: sapateiro, alfaiate, barbeiro. Negras vendiam arroz-doce, mungunzá, sarapatel, acarajé, nas ruas tortuosas da cidade, negras lavavam roupas, negras eram cozinheiras em casas ricas dos bairros chiques. Muitos dos garotos trabalhavam também. Eram engraxates, levavam recados, vendiam jornais. Alguns iam para casas bonitas e eram crias de famílias de dinheiro. Os mais se estendiam pelas ladeiras do morro em brigas, correrias, brincadeiras. Êsses eram os mais novinhos. Já sabiam do seu destino desde cedo: cresceriam e iriam para o cais onde ficavam curvos sob o peso dos sacos cheios de cacau, ou ganhariam a vida nas fábricas enormes. E não se revoltavam porque desde há muitos anos vinha sendo assim: os meninos das ruas bonitas e arborizadas iam ser médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, homens ricos. E eles iam ser criados destes homens. Para isso é que existia o morro e os moradores do morro. Coisa que o negrinho Antônio Balduino aprendeu desde cedo no exemplo diário dos maiores. Como nas casas ricas tinha a tradição do tio, pai ou avô, engenheiro célebre, discursador de sucesso, político sagaz, no morro onde morava tanto negro, tanto mulato, havia a tradição da escravidão ao senhor branco e rico. E essa era a única tradição. Porque a da liberdade nas florestas da África já haviam esquecido e raros a recordavam, e êsses raros eram exterminados ou perseguidos. No morro só Jubiabá a conservava, mas isto Antônio Balduino ainda não sabia. Raros eram os homens livres do morro: Jubiabá, Zé Camarão. Mas ambos eram perseguidos: um por ser macumbeiro, outro por malandragem. (AMADO, s.d., p. 39-40)

Na obra *Capitães da Areia*, é possível tratar dos conflitos entre as casas de candomblé e a polícia. Vejamos este trecho:

Numa batida num candomblé (que se bem não fôsse o seu porque nenhum polícia se aventurava a dar uma batida no candomblé de Aninha, estava sob a sua proteção) a polícia tinha carregado com Ogum, que repousava no seu altar. Don’Aninha tinha usado da sua força junto a um guarda para conseguir a volta do santo. Fôra mesmo à casa de um professor da Faculdade de Medicina, seu amigo que vinha estudar a religião negra no seu candomblé, pedir que ele conseguisse a resti-

tuição do deus. O professor realmente pensava em conseguir que a polícia lhe entregasse a imagem. Mas para juntar sua coleção de ídolos negros e não para reintegrá-la no seu altar no candomblé distante. Por isso, por estar Ogum numa sala de detidos na polícia, Xangô descarrega os raios nessa noite. (AMADO, 1965, p.109).

Outros conteúdos localizados nas obras assinaladas são: problemas urbanos, aí tratando da violência, do ócio, dos meninos de rua, mendicância, mostrando muitas das suas contradições, a exemplo da marginalidade que, na sua obra, assume um caráter de ação consentida. Os conteúdos veiculados pela obra literária não devem ser estudados como um grosseiro reflexo da realidade, por relações mecânicas entre o real e o artístico. Se colocada a literatura no plano do simbólico, sua percepção da realidade estará filtrada pela linguagem. Consideremos o caso da religiosidade, presente em *Mar Morto*:

O oceano é muito grande, o mar é uma estrada sem fim, as águas são muito mais que metade do mundo, são três quartas partes e tudo isso é de lemanjá. No entanto, ela mora na pedra do Dique do cais da Bahia ou na sua loca em Monte Serrat. Podia morar nas cidades do Mediterrâneo, nos mares da China, na Califórnia, no mar Egeu, no Golfo do México. Antigamente ela morava nas costas da África que dizem que é perto das terras de Aiocá. Mas veio para a Bahia ver as águas do rio Paraguaçu. E ficou morando no cais, perto do Dique, numa pedra que é sagrada. Lá ela penteia os cabelos (vêm mucamas lindas com pentes de prata e marfim), ela ouve as preces das mulheres marítimas, desencadeia as tempestades, escolhe os homens que há de levar para o passeio infundável do fundo do mar. E é ali que se realiza a sua festa, mais bonita que tôdas as procissões da Bahia, mais bonita que tôdas as macumbas, que ela é dos orixás mais poderosos, ela é dos primeiros, daqueles de onde os outros vieram. Se não fôsse perigosodemais poder-se-ia mesmo dizer que a sua festa é mais bela que a de Oxalufã. Oxalá velho, o maior e mais poderoso dos orixás. Porque é uma beleza na noite da festa de lemanjá. Nessas noites onde o mar fica de uma côr entre azul e verde, a lua está sempre no céu, as estrelas acompanham as lanternas dos saveiros, lemanjá estira preguiçosamente os cabelos pelo mar e não há no mundo nada mais bonito (os marinheiros dos grandes navios que viajam todas as terras sempre dizem) que a côr que sai da mistura dos cabelos de lemanjá com o mar. (AMADO, 1973, p. 78-81).

Esse trecho ilustra o aspecto religioso vivenciado na Bahia através do candomblé, cuja descrição o autor enriquece com as características de um dos orixás - Iemanjá, realçando todo o mistério da religião na Bahia.

O exemplo de um estudo sobre o Recôncavo baiano e suas possibilidades econômicas, presentes na obra *Bahia de Todos os Santos*, vem confirmar a nossa sugestão de trabalho, através da Literatura, a realidade de uma localidade. Temos também aí farto material para trabalhar o espaço urbano e seus diferentes aspectos. Vejamos este trecho:

As velas dos saveiros cortam a Baía de Todos os Santos, vêm do Mar Grande, de Maragogipe, de Cachoeira e São Félix. No cais Cairu, em frente ao Mercado eles descansam. Ali arriam as velas, ficam balançando tranqüilamente sobre as águas. Mas encontrareis os saveiros ainda em Água de Meninos, em Mont Serrat, no Pôrto da Lenha, em Santo Antônio da Barra e no Rio Vermelho. O seu cais, porém, é este Mercado, com sua rampa escorregadia, seu cheiro de mar e de peixe, seu colorido de frutas tropicais. (AMADO, 1966, p.114).

Eleger Jorge Amado como fonte documental para o estudo da história da Bahia, justifica-se pela sua importância em termos editoriais, bem como a possibilidade de apropriação dos imaginários por ele produzidos para a Bahia e o povo baiano, e que se fazem presentes não só na Literatura, mas na indústria cultural como um todo.

A sua marca principal está no trato que dá a seus personagens, ao movimento e às relações entre eles. Aí se vê uma possibilidade de crítica social, não realizada pelo escritor. Busca formular uma tipografia da alma e do comportamento do baiano. É uma tentativa de representar, por meios de personagens, vivendo as suas contradições e conflitos do seu cotidiano, uma sociedade. Usando o detalhe da linguagem lírica, constrói seu texto em cima da realidade pensada por outros intelectuais. Mesmo com os limites de sua representação, fruto da observação da época em que ele viveu, a produção de Jorge Amado oferece-nos uma visão da sociedade e de suas relações sociais. Com uma linguagem destituída de rebuscamento, a sintaxe do autor aproxima-se bastante do discurso oral, chegando em algumas obras, a um tom coloquial. Esta característica em muito pode atrair o leitor infantil para o seu mundo ficcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador. 12.ed. São Paulo: Martins, 1966.
- _____. *Capitães da Areia*. 12.ed. São Paulo: Martins, 1966.
- _____. *Jubiabá*. 28.ed. São Paulo: Martins, s.d.
- _____. *Mar Morto*. 15.ed. São Paulo: Martins, 1965.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v.5.
- _____. Utopia. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.v.5
- BURNHAM, Terezinha F. Qualidade de ensino e qualificação para o trabalho da educação no Brasil. *Cadernos IAT*, n. 3, p. 15-19, 1989
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 1980.
- COUTINHO, Afrânio (dir.) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio: 1986.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das Letras no Antigo Regime. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DOSSE, François (org.) *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- DUBY, Georges et al. *História e nova história*. Lisboa: Teorema, 1986.
- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves 1976.
- _____. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- KHÉDE, Sônia S. (org.) *Literatura infanto-juvenil*: um gênero polêmico. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Imago/UFRJ, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- WHITE, Hyden. *Meta-história*: a imaginação histórica de século XIX. São Paulo: EDUSP, 1992.